



A HISTÓRIA DA HABITAÇÃO SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Beatriz Nunes CAMARGO¹

RESUMO: A habitação social no Brasil é um problema que vem sendo enfrentado há anos pelo Governo. No Estado de São Paulo esse problema se dá desde a povoação descontrolada da capital na Era do Café, com os cortiços e estalagens que se dava a qualquer modo em toda região. Visto a necessidade de intervir nas moradias populares, a história da habitação social no estado inicia-se na Primeira República (1889-1930) com medidas governamentais, mas somente na Era Vargas (1930-1945) é que se inicia e trata-se a habitação social como questões de domínio público. Visto a influência direta da Arquitetura e Urbanismo nas questões sociais o texto trata-se de uma breve análise ao período histórico e as soluções projetuais encontradas em tais períodos.

Palavras-chave: Habitação Social. Projeto. Arquitetura. São Paulo. Modo de Vida.

1 INTRODUÇÃO

A arquitetura e urbanismo são fatores influentes na vida cotidiana das pessoas, visto que, a moradia atua diretamente no seu modo e na concepção de vida. O papel do arquiteto e urbanista é garantir aos usuários o máximo de conforto e adequar à forma em que se vive ao projeto arquitetônico, com soluções inteligentes e técnicas, relacionando a vida com a construção.

Visto que as habitações sociais são de interesse público, devido a sua influência direta em como a população vive e a organização espacial urbana, entender a história da habitação social faz-se necessário a futuros arquitetos urbanistas que podem vir a prestar tais serviços públicos. Entender os problemas, sua origem e soluções já resolvidas são importantes para formulação de possíveis respostas para esse problema no estado atualmente.

Sendo assim, o texto introduz a história da urbanização do Estado de São Paulo, a influência dos acontecimentos e as soluções tomadas pelo governo da época. Seguindo pela história da arquitetura das habitações sociais com uma breve

¹ Discente do 3º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail beatrinune99@gmail.com.

análise das soluções projetuais e contexto histórico do país, destacando-se a influência direta das atitudes governamentais e a habilidade do arquiteto.

2 HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A história do estado de São Paulo começa com o interesse de possível descoberta de metais preciosos, principalmente ouro e prata, no interior do território brasileiro. Sendo assim, os chamados “bandeirantes” abriram a floresta e implantaram o que viria a ser a capital do estado paulista, mas que a princípio, tinha função de ponto de partida de expedições organizadas para capturar índios e a procura de tais metais.

Somente na virada do século XVIII para XIX, quando implantada as lavouras e o café ganha destaque mundial, o território paulistano passa a ser relevante na economia nacional. As habitações da cidade de São Paulo eram de acordo com Cano (CANO, 1979 apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 17) precárias e só passou a ter atividades urbanas associadas ao complexo cafeeiro em meados da década 1880.

Segundo Fausto (FAUSTO, 1977:18, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 17) a cidade cresce descontroladamente, e isso ocorre não só pela consolidação da cidade como grande mercado distribuidor, mas também devido ao influxo de massa imigrante. A tabela 1.1 “População na Cidade de São Paulo por distritos (1886-1893)” segundo a Sociedade Promotora de Imigração (MORSE 1970:18, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 18) mostra que nos anos de 1890 e 1893, a densidade demográfica cresceu em 28%, sendo mais de 20 mil habitantes por ano.

Tabela 1.1 – População na Cidade de São Paulo por distritos (1886-1900)

Distritos	1872	1886	1890	1893	1900
Sé	9.213	12.821	16.395	29.518	
Santa Ifigênia	4.459	11.909	14.025	42.715	
Consolação	3.357	8.269	13.337	21.311	
Brás	2.308	5.998	16.807	32.387	
Núcleo Urbano	19.337	38.997	60.554	125.931	
Núcleos isolados (Penha, N.	3.906	5,033	4.370	4.844	

Sra. Do Ó e São Miguel)					
Total	23.243	44.030	64.934	130.775	239.820
Crescimento anual do período		5%	11%	28%	9%

Fonte: Morse (1970)

Então, a aglomeração descontrolada gera um mau alojamento dos trabalhadores, e ainda é incapaz de compreenderem todos. Novas necessidades urbanas surgem, como transportes mais rápidos, calçamento de ruas, o risco de contaminação da água dos poços, o esgoto sem destino, falta de drenagem em brejos e várzeas, que poderiam estimular riscos a saúde pública.

Sendo assim, a partir da década de 1880 começaram os primeiros indícios de segregação espacial conforme Matos (MATOS, 1958:89, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 21) na diversificação das funções e o surgimento de bairros operários e bairros residenciais finos próximas ao velho centro. Nesse período o Brasil passava pelo processo de abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da república de 1889, o café de São Paulo e o gado de Minas Gerais passa a sustentar a “política do café com leite” alternando entre presidentes paulistas e mineiros.

Visto à importância da cidade de São Paulo no âmbito nacional, a elite empenha-se em implementar uma cidade “moderna” baseado na arquitetura europeia. Nesse período os alojamentos operários eram invisíveis, enquanto a elite delineava e retratava a vida urbana a sua perspectiva. Somente a partir de 1900 quando passa ocorrer problemas com higienização e as condições sanitárias da cidade é que acontecem os primeiros relatos das habitações dos operários através dos olhos dos sanitaristas que em concordância com Bonduki (2013, p. 21-22) era “[...] elitista, viciada pelas concepções higienística e preconceituosa em relação aos trabalhadores”.

Diante disso, a descrição mais completa desses alojamentos é o “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia” publicado por Motta (MOTTA, 1894, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 23), que diz:

[...] fez com que se edificassem diferentes tipos de estalagens, cortiços e habitações de operários, quase todas elas de construção apressada e

precária. [...] as habitações destinadas às classes operárias são numerosas. Existem aí nada menos de sessenta cortiços de todos os tamanhos e feitios onde se agasalha uma população de 1.320 indivíduos de todas as nacionalidades e condições [...] [número] que avultará se uma policia noturna se aplicar escrupulosamente no exame estatístico do povo que eventual ou permanentemente vêm ocupar os cortiços à noite.

A fala do sanitarista então comprova a falta e as más condições das habitações para a classe operária e principalmente para os negros recém-libertos da escravidão, que não receberam nenhum tipo de amparo do governo para conseguirem sobreviver em uma terra nova, longe da sua cultura e sem poder retornar seu país natal. Assim, o sanitarista continua a descrição das moradias:

Algumas abrigavam trabalhadores desacompanhados, sem pertences de maior volume e que estavam na cidade prontos a vender sua força de trabalho, precisando de um teto para dormir: é o caso do hotel-cortiço, uma espécie de restaurant onde a população operaria se aglomera à noite para dormir [...] quase sempre os aposentos são pequeníssimos: 2,5 m de frente por 3 m de fundos [...] a lotação que se lhes dá raro excede do normal: entretanto que a realidade é bem diversa, sabido como o acúmulo de gente nestes lugares excede de muitos os limites do razoável. (MOTTA, 1894, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 23)

A partir disso, a vida dos operários passa a ser interesse público, a aglomeração e a insalubridade das moradias alastraram doenças, sendo a região de Santa Ifigênia a área mais atingida pela epidemia de febre amarela em 1893 (MOTTA, 1894, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 23). Pouco ou nada se saberia sobre o modo de vida desses operários, caso não houvesse uma ameaça à elite do estado, tão pouco gastariam esforços para busca de soluções aos problemas expostos, bem como não tinha objetivo de dar a essas pessoas qualidade de vida, mas sim zelar pela saúde da elite paulista.

2.1 História Da Arquitetura Das Habitações Sociais

A história da arquitetura das habitações sociais começa nos cortiços, que apesar de não ser considerada uma habitação social, foi a primeira morada de trabalhadores, sendo eles imigrantes de vários países, negros e operários. Sendo explicito a ânsia pela segregação tanto na fala dos higienista quanto nas medidas tomas pelo governo diante dos problemas da habitação popular.

Pouco se sabe sobre essas construções e como se formavam, além da fala dos sanitaristas em São Paulo, a obra de Aluísio Azevedo intitulada “O Cortiço” publicada em 1890, relata um pouco sobre a vida nessas habitações, apesar de ser

um livro de romance naturalista, o autor expõe problemas reais sobre essas estalagens na cidade do Rio de Janeiro, permitindo um entendimento do contexto vivido por essas pessoas.

Sobre a construção desses cortiços, Aluísio diz:

[...] João Romão não sai nunca a passeio, nem ia à missa aos domingos; tudo que rendia a sua venda e mais a quitanda seguia direitinho para a caixa econômica e daí então para o banco. Tanto assim que, um ano depois da aquisição da crioula, indo em hasta pública algumas braças de terra situadas ao fundo da taverna, arrematou-as logo e tratou, sem perda de tempo, de construir três casinhas de porta e janela. [...] Servia de pedreiro, amassava e carregava barro, quebrava pedra; pedra, que o velhaco, fora de horas, junto com a amiga, furtava, à pedreira do fundo, da mesma forma que subtraíam o material das casas em obra que havia ali por perto [...] e o fato é que aquelas três casinhas, tão engenhosamente construídas, foram o ponto de partida do grande cortiço de São Romão. (AZEVEDO, Aluísio, 1890, p.3)

Em vista disso, pode-se constatar que muitas dessas moradias proviam de pessoas com baixa renda que buscavam ganhar a vida em solo brasileiro, fazendo do que podiam para ganhar dinheiro e vira na falta de moradia, um problema recorrente no país, uma forma de subir na vida. Essas moradias eram muito procuradas como Aluísio relata “Não obstante, as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidéz em aluga-las.” (AZEVEDO, Aluísio, 1890, p.7). As casas eram feitas de qualquer jeito, com qualquer material a qualquer modo, com o intuito de abrigar esses trabalhadores de todo modo contanto que eles pagassem um aluguel.

Os moradores desses cortiços eram invisíveis perante a elite, e continuaria sendo caso não houvesse nenhuma intervenção direta ao seu modo de vida, ter um cortiço ao lado sua casa era mal visto perante a sociedade. Entretanto o que causou interesse do Estado nesses locais foram as proliferações de doenças que ocorreram em 1893, que viria causar um problema a saúde pública. Desse modo, na cidade de São Paulo o “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Districto de Santa Ifigênia” publicado por Motta (MOTTA, 1894, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 23-24) descreve detalhadamente um dos tipos de cortiço mais comum, chamado cortiço-pátio, ele diz:

[...] O cortiço ocupa comumente uma área no interior do quarteirão: quase sempre um quintal e um prédio onde há estabelecida uma venda ou tasca qualquer. Um portão lateral da entrada por estreitos e comprido corredor para um pátio com 3 a 4 metros de largo nos casos mais favorecidos. Para estes pátio, ou área livre, se abrem as portas e janelas de pequenas casas

enfileiradas, com mesmo aspecto, a mesma construção, as mesmas dimensões internas e a mesma capacidade.

As casas se davam todas iguais tanto por serem feitas por leigos quanto porque sua única função era o lucro, não havia necessidade de “luxo”. A construção é inconsequente, não há quaisquer preocupações na implantação das casinhas, o importante era a quantidade e não qualidade. O sanitarista prossegue:

[...] São estas casinhas, em geral, assoalhadas, forradas nos cômodos de dormir e na sala da frente, sem outro sistema de ventilação que o natural por intermédio das janelas e portas. No cômodo do fundo, onde não há assoalho nem forro, nem mesmo ladrilhos, assenta um fogão ordinário e rudimentar com chaminé que pouco funciona em vista de sua má construção e do pouco cuidado que lhe tem. (MOTTA, 1894, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 24)

O descaso do Estado com esses trabalhadores permeia por anos, a questão social limitava-se a uso policial para controlar os trabalhadores e defender as instituições até meados de 1919 (BONDUKI, Nabil 2013, p. 27). Paralelamente o controle sanitário foi marcado pela identificação das moradias que eram causas de doenças, as quais eram expulsas por meio de regulamentação do espaço urbano, que em concordância com Nabil é “uma ação que seria importante instrumento de controle social e manutenção da ordem.” (BONDUKI, Nabil 2013, p. 29).

A descrição da casa continua:

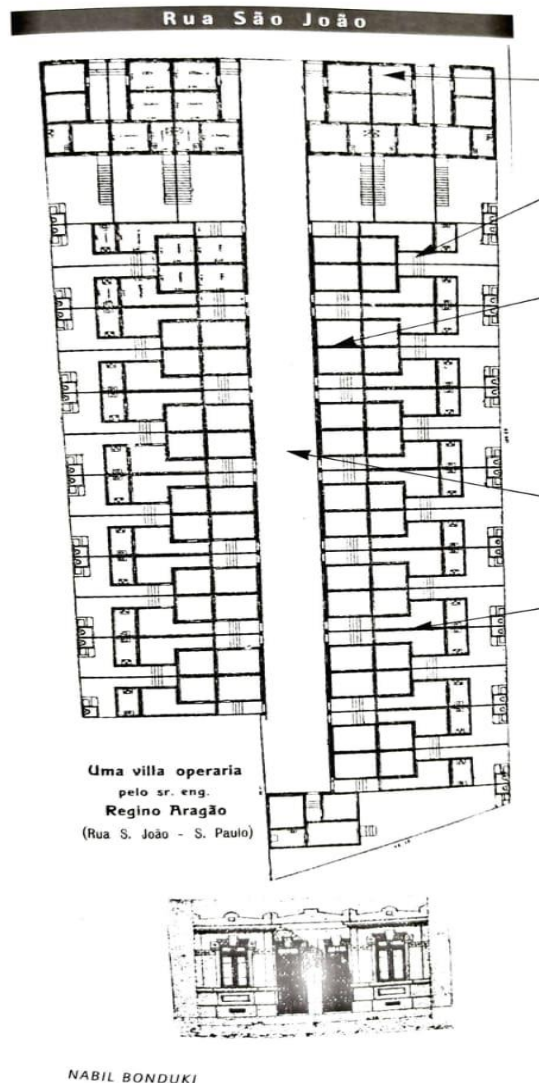
[...] O cômodo de dormir, aposento que ocupa o centro da construção, não tem luz nem ventilação nem capacidade para gente que o ocupa à noite. De ordinário no ato de dormir é esta peça hermeticamente fechada. A família toda ia se agasalha em número de quatro a seis pessoas e os móveis acumulados tomam por um terço a capacidade do aposento. O assoalho jamais se lava [...] a crosta de lama que encobre não deixa reconhecer a madeira, e tudo se mostra nojento e insalubre. A umidade do solo sobe pelas paredes puindo o papel ordinário que as reveste e danificando o assoalho que não é ventilado e se assenta diretamente sobre o terreno. (MOTTA, 1894, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 24).

Dada às condições dessas moradias é possível imaginar porque doenças proliferaram nesses lugares, a qualidade de vida era baixíssima e a segurança era inexistente. O Estado então intervém nessas habitações, e a solução encontrada foi baseada na concepção de Haussmann e Pereira Passos: expulsar os moradores, demolir os cortiços para afasta-los do centro (ROLNIK, 1981, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p.37).

A Primeira Republica vigente entre 1889 e 1930, relutava em interferir na esfera privada por ser um governo liberal, então consequentemente construir

casas no “papel de capitalista” era incompatível com essa concepção, privilegiou-se apenas o incentivo aos particulares. Baseada na casa unifamiliar, a vila operária era o modelo de habitação econômica e higiênica, o “ideal a ser atingido” (BONDUKI, Nabil, 2013, p.40 - 41). As moradias mais difundidas nessa época foram o cortiço-corredor, o cortiço-casa de cômodos e outros tipos de vilas e casas geminadas, quase todas as moradias de aluguel. Havia ainda duas modalidades dessas vilas, sendo elas: o assentamento habitacional promovido por empresas e destinado a seus funcionários e outra produzida por investidores privados destinados ao mercado de locação. (BONDUKI, Nabil, 2013, p.47).

Uma dessas vilas implantadas na Rua São João em São Paulo pelo engenheiro Regino Aragão em 1911 (BONDUKI, Nabil, 2013, p.51) é um exemplo da atitude tomada pela produção rentista. A imagem mostra uma planta de implantação dessa vila, as habitações que se encontravam a frente do lote eram vistas como as melhores e permitia cobrança de aluguéis mais caros. Quanto à implantação da casa, há ausência de recuos laterais e frontais, lotes de 40m² com taxa de ocupação de 75%, correspondente a 30m² de construção, contendo uma organização espacial que procurava aproveitar ao máximo o terreno tanto na implantação das casas no terreno quanto na planta baixa e no layout.



Um corredor perpendicular à rua que garantia o aproveitamento do interior do quarteirão, com uma circulação interna em formato de “T”. As paredes hidráulicas e paredes laterais comuns entre duas casas também mostram a preocupação em racionalizar a construção para reduzir os custos, essa foi a medida adotada até o fim da Primeira República em 1930 visando somente agradar aos higienistas, poder público e os empreendedores.

Posteriormente durante a Ditadura Vargas que ocorre de 1930 a 1945, a questão social passa a ser um tema frequente. O discurso desenvolvimentista do governo vê na habitação social uma estratégia econômica, um elemento na formação ideológica, política, moral do trabalhador e condição básica de reprodução da força de trabalho essencial para a industrialização que visava implantar no Brasil (BONDUKI, Nabil, 2013, p.73). Embora tenham sido as primeiras instituições públicas de envergadura a tratar da questão habitacional, os Institutos de

Aposentadoria e Pensões (IAPs) relegava essa atividade a um segundo plano em relação a seus objetivos, isto é, propiciar benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) e assistência médica (COHN, 1981, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p.101).

Os arquitetos, urbanistas e outros profissionais comprometidos na produção da habitação social seguiam um ideal europeu das décadas de 1920 e 1930, segundo Kopp “a arquitetura moderna não era apenas forma depuradas e técnicas contemporâneas, mas também e sobretudo a tentativa de participar, no nível da construção do ambiente, da transformação da sociedade” (KOPP, 1990:14, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p.137). Nota-se a influencia da arquitetura moderna nas origens da habitação social contribuindo com a renovação de tipologias de projeto, processo construtivo, implantação urbanística, programas habitacionais e modos de morar. (BONDUKI, Nabil, 2013, p.144).

A concepção técnica dos IAPs revelava a intenção na segregação espacial e sua forte inclinação moderna, propondo modelos arquitetônicos intimamente influenciados pelas concepções de Le Corbusier e os cinco pontos da arquitetura. Assim sendo, essas concepções defendiam:

[...] 1) A edificação de conjuntos habitacionais isolados do traçado urbano existente; [...] 2) A construção de blocos; [...] 3) A limitação da altura dos blocos; [...] 4) O uso de pilotis. [...] 5) A adoção dos apartamentos duplex; [...] 6) Os processos de construção racionalizados e a edificação de conjuntos autônomos; [...] 7) A articulação dos conjuntos habitacionais com planos urbanísticos; [...] 9) A entrega de casa mobiliada de forma racional. (PORTO, 1938:57, apud BONDUKI, Nabil, 2013, p. 150-151).

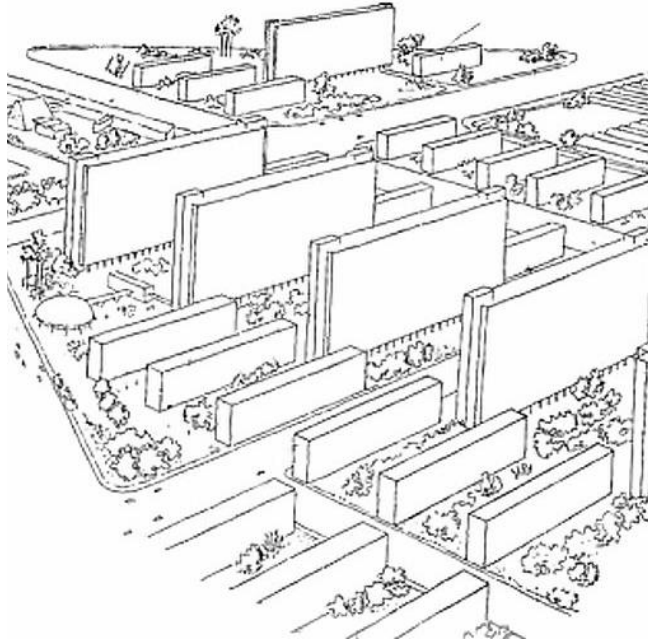
Diante disso, um exemplo de habitação social que aconteceu na cidade de São Paulo é o Edifício Anchieta localizada na Av. Paulista, construído entre 1941 a 1943 e projetada pelos arquitetos Marcelo e Milton Roberto. Entretanto, havia um estudo de casos o que gerou não só a tipologia dos IAPs como também diversas outras.



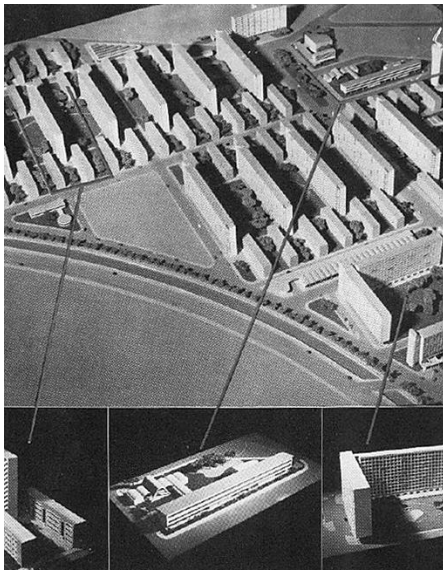
1 Disponível em: <https://www.arquivo.arq.br/edificio-anchieta>. Acesso em: 12/06/2020

Desse modo, a habitação social produzida pelo Governo Vargas na cidade de São Paulo era diversa, podendo ser classificadas em diversas tipologias além da já citada, sendo elas: a influência alemã: a arquitetura alemã no período entre guerras é influente nas habitações Paulistas. Mies van der Rohe, Walter Gropius, Ernst May e Bruno Taut são nomes bastante citados no que diz respeito tanto do ponto de vista programático quanto projetual. Apesar do uso de blocos laminares os arquitetos foram capazes de criar diversificadas soluções arquitetônicas baseadas na mesma tipologia. (BONDUKI, Nabil, 2013, p.183). Exemplos desses conjuntos dão-se pelo Conjunto Residencial da Baixada do Carmo localizado em Cambuci no ano de 1942, o Conjunto Residencial Santa Cruz e o Conjunto Residencial Vila Guiomar.

O Conjunto Residencial da Baixada do Carmo projetada pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima, que buscou garantir o Máximo de aproveitamento do terreno e da infraestrutura, propondo grande número de unidades habitacionais em blocos intercalados de 11 a 4 andares. “Trata-se e um projeto marcado pela austeridade na ornamentação, pureza das formas, racionalidade da implantação e, por outro lado, riqueza nos espaços públicos. Lamentavelmente, apenas blocos de quatro andares foram edificados” (BONDUKI, Nabil, 2013, p.184). O projeto contém 480 unidades sendo originalmente, 4.038 unidades.



2 Disponível em: <https://www.arquivo.arq.br/conjunto-residencial-da-varzea-do-carmo>. Acesso em: 12/06/2020



3 Disponível em: <https://www.arquivo.arq.br/conjunto-residencial-da-varzea-do-carmo>. Acesso em: 12/06/2020

O Conjunto Residencial Santa Cruz localizada na Rua Santa Cruz, na Vila Mariana, projetada pelo arquiteto Marcial Fleury de Oliveira na década de 50 destaca-se pelo uso de vegetação como elemento importante do projeto com elementos como cerca viva junto aos blocos e a composição da fachada principal, com destaque a entrada, a circulação vertical e o uso de elementos vazados. (BONDUKI, Nabil, 2013, p.186). A implantação é composta de 23 blocos com três pavimentos em uma gleba triangular.

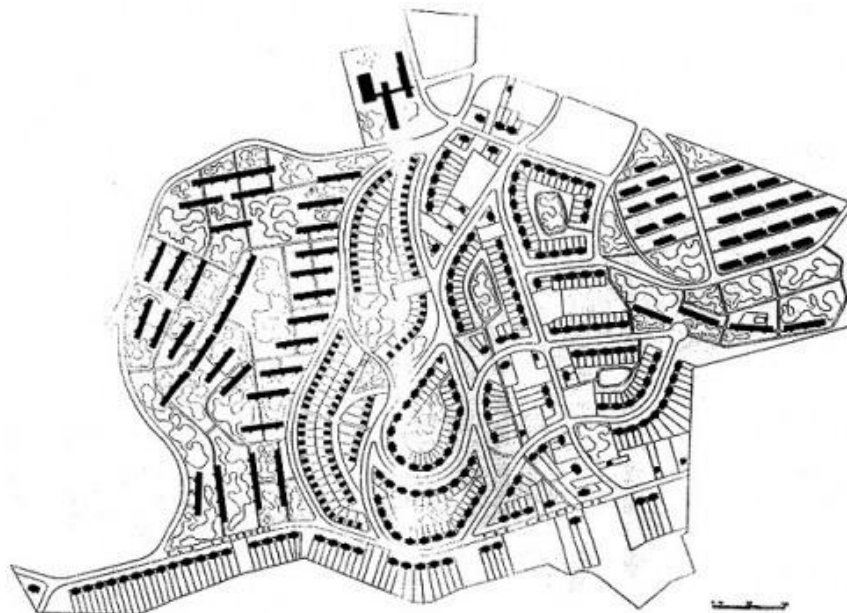


4 Disponível em: <https://chc.fau.usp.br/santacruz.html>. Acesso em: 12/06/2020

O Conjunto Residencial Vila Guiomar da década de 40, em Santo André, projetada por Carlos Frederico Ferreira, no projeto combina-se o movimento moderno racionalista com a influência das cidades-jardim. “Blocos de apartamento laminares, com uma implantação moderna, se misturam com um traçado de ruas curvas, que respeitam o meio físico e onde se implantam casas unifamiliares.” (BONDUKI, Nabil, 2013, p.190). O conjunto era composto por dois blocos sendo eles moradias coletivas, com os pilotis transformados em garagem e moradias unifamiliares, é possível notar a concentração de casas ao centro, junta a vias mais sinuosas e as distribuições regulares de blocos laminares nas áreas externas, 1.411 unidades ocupavam o terreno.



5 Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/tag/conjunto-residencial-vila-guimar>. Acesso em: 12/06/2020



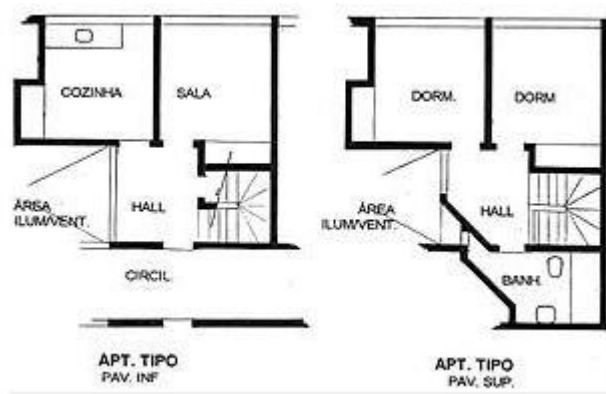
6 Disponível em: <https://santoandrememoria.wordpress.com/category/habitacao/>. Acesso em: 12/06/2020

Outra tipologia foi embasada no ponto de vista conceitual de Le Corbusier, ele se destaca nos projetos de conjuntos formados por longos blocos serpenteantes. Sua influência é forte no Rio de Janeiro, mas no estado paulista sua marca dá-se pelo Conjunto Residencial Armando de Arruda Pereira (Japurá),

projetada pelo arquiteto Eduardo Kneese de Melo, na década de 40 e 50. É implantada 245 unidades, sendo incorporada os princípios da “*Unité d’Habitation*”: teto-jardim, pilotis, apartamentos duplex e equipamentos coletivos. (BONDUKI, Nabil, 2013, p.198). A unidade compreende um andar-tipo, área comum e um bloco comercial, além de uma galeria suspensa de acesso ao edifício e área comum entre este e o bloco comercial.



7 Disponível em BONDUKI, Nabil. 2013. Origens da habitação social no Brasil, p. 198.



8 Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.031/724>. Acesso em: 12/06/2020

Sendo assim, foi desenvolvido um grande número de soluções e tipologias projetual e implantação. Entretanto apesar da preocupação do Estado com a população de baixa renda é possível concluir que em nenhum momento foi levado em conta à vida e o interesse dessas pessoas. A intenção do governo era inspecionar e moldar o modo de vida, dando o mínimo necessário para a qualidade de vida, priorizando sempre o menor custo no que diz respeito a materiais e até as soluções de projeto.

As habitações sociais que vieram após a Era Vargas, de maneira geral, ainda seguem as mesmas concepções técnicas descritas até aqui. Pode-se dizer então que a questão da moradia social no Estado de São Paulo é um problema que se agrava desde o início da história do país, contendo pouca ou nenhuma mudança na visão do Governo Federal.

3 CONCLUSÃO

Portanto, conclui-se que a questão das moradias populares é um problema geral do país e não só do estado de São Paulo, a interferência direta do Governo do Estado se faz necessária e importante para as questões sociais. Contudo, também é visto a importância do Arquiteto e Urbanista nas concepções técnicas de projeto e na adequação dessas moradias para que deem certa qualidade de vida a esses moradores. Visto que cuidar da questão habitacional é cuidar da urbanização e a concepção espacial das cidades, garantir um espaço público de qualidade e a qualidade de vida dos moradores e pessoas que usufruem dos espaços urbanos. Garantir uma habitação saudável e bem planejada ainda garante uma igualdade nos direitos básicos e necessários para a vida do homem.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil (1955). **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** – 6ª Ed. – São Paulo: Estação Liberdade, 2011, 344p.

AZEVEDO, Aluizio (1890). O Cortiço. **Portal Domínio Público.** Presidente Prudente. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16534. Acesso em: 11 jun.2020

História de São Paulo. Disponível em:

<https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia/> . Acesso em: 11 jun. 2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO “ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO” de Presidente Prudente. **Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** 2007 – Presidente Prudente, 2007, 110p.